

# Superior Tribunal de Justiça

**AgInt no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.549.698 - RJ (2019/0224128-5)**

**RELATOR** : **MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**  
**AGRAVANTE** : **EDUARDO ROZENSZAJN**  
**ADVOGADOS** : **EDUARDO ROZENSZAJN (EM CAUSA PRÓPRIA) E OUTRO - RJ043106**  
: **MAURO TREIGER ROZENSZAJN - RJ134584**  
**AGRAVADO** : **BJORN CHRISTER SALEN**  
**ADVOGADOS** : **LUÍS FELIPE DE FREITAS BRAGA PELLON - RJ020387**  
: **GLÓRIA DE CASTRO BERREDO - RJ136992**  
: **FELIPE AFFONSO CARNEIRO - RJ118903**

## DECISÃO

Trata-se de agravo interno interposto por EDUARDO ROZENSZAJN contra a decisão da Presidência do Superior Tribunal de Justiça que não conheceu do agravo em recurso especial em virtude de sua intempestividade (fls. 145-146, e-STJ).

Em suas razões, o agravante sustenta "(...) *foi anexado com a apresentação do recurso junto ao Tribunal de Justiça de origem, certidão expedida do sitio do TJRJ onde consta de forma clara que foram considerados feriadados os dias 4 (quatro) segunda feira e 7 (sete) quinta feira do mês de fevereiro de 2019*" (fl. 150, e-STJ).

Ao final, requer a reconsideração da decisão agravada ou a submissão do feito ao colegiado.

Impugnação às fls. 155-159 (e-STJ).

É o relatório.

### DECIDO.

Assiste razão ao agravante.

Exercendo o juízo de retratação facultado pelo art. 259, § 6º, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, reconsidero a decisão agravada e passo ao exame do agravo em recurso especial.

O acórdão impugnado pelo presente recurso especial foi publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

O apelo extremo, com fundamento no artigo 105, III, "a", da Constituição Federal, insurge-se contra acórdão assim ementado:

*"AGRAVO INTERNO. PRECLUSÃO. Matéria que não é objeto da decisão agravada, senão de decisão anterior, a qual não foi objeto de recurso, motivo pelo qual a matéria está coberta pela preclusão e não pode ser reexaminada (art. 507, do Código de Processo Civil). Recurso inadmissível. Decisão do relator mantida. Recurso desprovido"* (fl. 46, e-STJ).

No recurso especial, o recorrente alega que houve violação dos arts. 272, § 2º, do Código de Processo Civil de 2015 e 5º da Lei nº 11.419/2006.

Não admitido o recurso na origem, vieram os autos conclusos a esta relatoria.

Contraminuta às fls. 120-135 (e-STJ).

É o relatório.

**DECIDO.**

O acórdão impugnado pelo presente recurso especial foi publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

O recurso não merece conhecimento.

A decisão de fls. 79-86 (e-STJ) inadmitiu o recurso especial porque:

a) o recurso foi deficientemente fundamentado, atraindo o óbice da Súmula nº 284/STF;

b) o tema da preclusão está alinhado à jurisprudência desta Corte, o que possibilita a aplicação da Súmula nº 83/STJ;

c) a Súmula nº 83/STJ impede o conhecimento da insurgência tanto pela alínea "a" quanto pela alínea "c" do permissivo constitucional, e

d) a Súmula nº 7/STJ é aplicável ao caso em exame.

Constata-se que as razões do agravo deixaram de impugnar de modo específico o não conhecimento do recurso em virtude da aplicação das Súmulas nºs 284/STF e 83/STJ.

Assim, segundo o disposto no art. 932, III, do Código de Processo Civil de 2015, é facultado ao relator *"não conhecer do recurso inadmissível, prejudicado ou que não tenha impugnado especificamente os fundamentos da decisão recorrida"*.

A propósito, o julgamento do EAREsp nº 746.775/PR, Rel. p/ acórdão Min. Luis Felipe Salomão, Corte Especial, julgado em 19/9/2018.

Ainda, nesse mesmo sentido:

*"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA AOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO DENEGATÓRIA DE ADMISSIBILIDADE DE RECURSO ESPECIAL. DESCUMPRIMENTO DOS REQUISITOS PRECONIZADOS PELO ART. 932, III, NCPC (ART. 544, § 4º, I, DO CPC/73). AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.*

*1. Aplica-se o NCPC a este recurso ante os termos do Enunciado Administrativo nº 3, aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*(relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.*

*2. Não se mostra viável o agravo em recurso especial que, apresentado em desacordo com os requisitos preconizados pelo art. 932, III, do NCPC (544, § 4º, I, do CPC/1973), não impugna os fundamentos da respectiva inadmissibilidade (incidência da Súmula nº 83 do STJ).*

*3. Agravo interno não provido" (AgInt no AREsp 1.288.826/RJ, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, DJe 27/9/2018).*

Ante o exposto, não conheço do agravo em recurso especial.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 25 de novembro de 2019.

Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA  
Relator